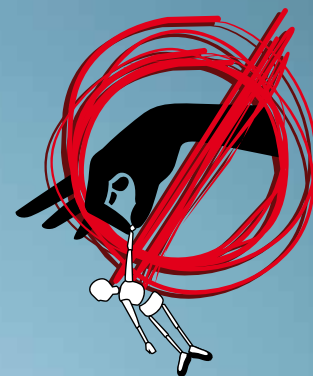


# JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira  
Mensal | nº 304 | dezembro 2020 | 0,50 Euros

Precariedade  
**UM MAL  
PERSISTENTE**

Pág. 7

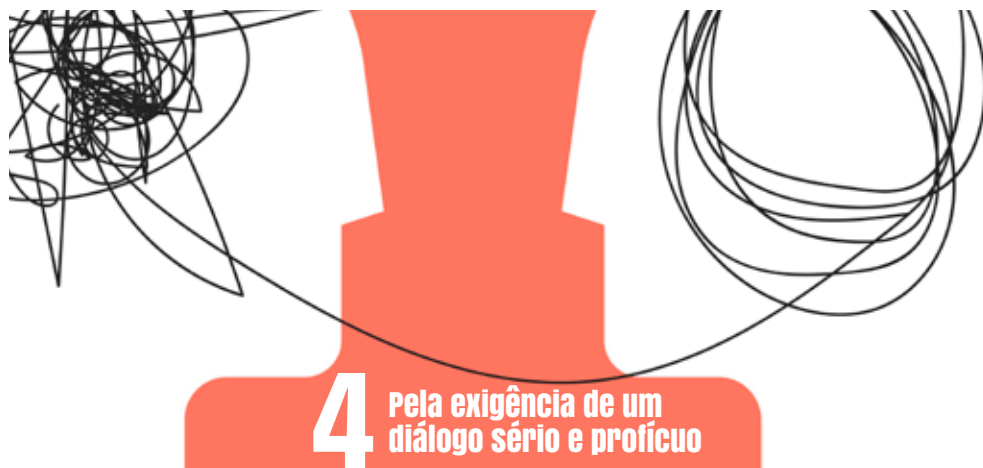


Embargo do ME  
à resolução de problemas  
**Greve revelou  
gravidade  
do bloqueio  
à negociação!**

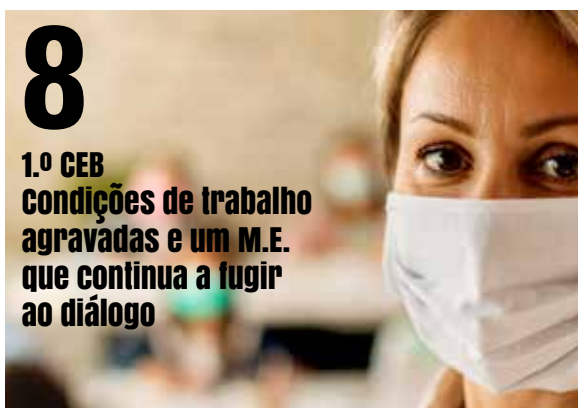


**Falta de Professores agrava-se... ministro ignora!**

# sumário



**4** Pela exigência de um diálogo sério e profícuo



**8**

**1.º CEB**  
Condições de trabalho agravadas e um M.E. que continua a fugir ao diálogo



**10**

Municipalização? NEM RECAUCHUTADA!



## Coragem de lutar

Milhares de professores e educadores fizeram greve em 11 de dezembro. Com o seu ato demonstraram não ter desistido de lutar e a eles se voltarão a juntar muitos outros que, não tendo estado presentes, não desertaram. Os que tiveram a coragem de lutar denunciaram o bloqueio imposto na Educação pelo ministro que a tutela, principal responsável pelo arrastamento de tantos problemas e alguns retrocessos, e voltaram a exigir respeito pelos direitos, as condições de trabalho e a saúde de todo um grupo profissional. A realização desta greve teve, por aquelas razões, grande importância, devendo saudar-se quem participou, pois nos momentos difíceis o contributo de cada um(a) torna-se ainda mais importante. •



## Coligação negativa

Na sequência de petição apresentada pela FENPROF, assinada por milhares de professores e educadores, BE, PCP, PAN e PEV apresentaram, no parlamento, projetos de resolução destinados a recomendar ao governo a valorização dos professores, da sua carreira e das suas condições de trabalho. No dia da votação (7 de dezembro de 2020), PS, PSD e CDS-PP, tal como tinham feito em 10 de maio de 2019, quando se juntaram para impedir a recuperação do tempo de serviço dos professores, voltaram a estar juntos contra os professores. Esta sim, é uma coligação negativa que se tem constituído para penalizar profissionais que estão na linha da frente na construção do futuro. Lamentável. •

## 05. EM FOCO

Rejuvenescimento da profissão e aposentação: De que está à espera o governo?

ANABELA SOTAIA

## 06. EM FOCO

Regularização das situações de carreira: Uma exigência fundamental

ANABELA DELGADO

## 09. EM FOCO

Horários de trabalho: Esgotamento físico e psíquico dos docentes

JOSÉ MANUEL COSTA

## 11. EM FOCO

1º Seminário do Ciclo de Debates da FENPROF: Pela democracia nas escolas!

MANUELA MENDONÇA

## 12. IMPRESSÕES

Sobre a falta de segurança sanitária

JOSÉ MANUEL COSTA

## 13. DUAS PALAVRAS

O futuro da Escola Pública e a qualidade das respostas educativas estão em causa

ANTÓNIO NOBRE

## 14. SETORES

Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional: Processo de Conciliação entre a FENPROF e a CNEF

## 15. SETORES

Aposentação: Não podemos deixar desaparecer a esperança

## 16. FOLHA VERDE

Mudança da legislação sobre resíduos pode abrir portas às novas lixeiras do século XXI

CARMEN LIME

## 17. NACIONAL

Acabar com a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras

## 19. SER SINDICALIZADO

Sindicalização, a imunidade de grupo dos docentes

FRANCISCO OLIVEIRA

## 21. INTERNACIONAL

Internacional da Educação Resolução sobre ataques terroristas em Moçambique

MANUELA MENDONÇA



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: António Avelãs (SPGL), Fernando Vicente (SPRA), Jacqueline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Micaelo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Névia Vitorino (FENPROF), Rogério Ribeiro (SPN), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



# editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

## Estado de exceção

**D**esde maio de 2019 que a Educação vive em estado de exceção. Nesse mês, no dia 3, António Costa anunciou ao país que o seu governo se demitiria se o tempo de serviço dos professores fosse contabilizado na íntegra; uma semana depois, PSD e CDS-PP, dando o dito por não dito, juntaram-se ao PS para inviabilizar essa contabilização.

A coligação passou a funcionar sempre que surgiram propostas de valorização dos professores ou eliminação de injustiças que os penalizam. Foi assim em 20 de dezembro de 2019, quando PS, PSD e CDS-PP chumbaram projetos de PCP e BE para recuperar, de forma faseada, o tempo de serviço em falta e foi assim, agora, em 7 de dezembro, quando rejeitaram projetos de resolução apresentados por BE, PCP, PAN e PEV, recomendando ao governo a valorização dos professores, da sua profissão e da sua carreira.

Após maio de 2019 acentuou-se o desrespeito pelos professores e, para quebrar o seu protesto e a sua luta, o governo decidiu excluir as organizações sindicais da lista de contactos. Fingiu que o diálogo com os professores se resolvia através das associações de diretores e, recorrendo aos comentadores habitualmente disponíveis, tentou influenciar a opinião pública. Como se em estado de exceção nos encontrássemos, passou a impor a sua vontade, sem negociação, mesmo em matérias que a obrigava. Nada disto teve a ver com pandemia, pois a estratégia foi traçada bem antes de esta surgir.

Neste quadro, marcado pelo silenciamento, falta de soluções e ausências cirúrgicas,

o ministro da Educação foi reconduzido, pois o que tinha pela frente não justificava mudança: repetir pequenos feitos até à exaustão, dando-os como históricas reformas, e, quanto ao resto, refugiar-se na bola. Uma tarefa simples que até permitiu dispensar quem antes segurara nas pontas.

Só que, quem traçou a estratégia esqueceu-se que os professores e a FENPROF, a sua organização mais representativa, não substituem a luta pelo envio de cartões de Boas Festas, pois sabem separar as águas desses dois rios, competência que o ADN da UGT inibe, remetendo a luta para mero afluente. Essa é uma diferença matricial entre organizações sindicais.

Tal como os professores, a FENPROF é firme nos princípios. Não cedeu em 2008, quando chamada à praça de Londres, não cedeu dez anos depois no palacete e não cedeu quando, sob chantagem, já em 2020, quiseram que optasse pela “autoestrada” do ministro e abandonasse o “beco sem saída” dos professores.

O mundo sabe que a escuridão tem dias contados e conhece a força de quem transforma a razão em luz que orienta o caminho. Exemplos não faltam: já no século XVI, “*post tenebras lux*” foi divisa reformadora; por cá, temos o poema de Alegre, a que Adriano deu voz, “Mesmo na noite mais triste, em tempo de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”.

Será assim de novo, não esquecendo que o estado de exceção é sempre temporário e que os que caem na tentação de o eternizar acabam por tombar com ele. ●

“

**Após maio de 2019 acentuou-se o desrespeito pelos professores e, para quebrar o seu protesto e a sua luta, o governo decidiu excluir as organizações sindicais da lista de contactos.**

# Pela exigência de um diálogo sério e profícuo

JOSÉ FELICIANO COSTA (membro do SN da FENPROF)

**Com este bloqueio negocial, o Ministro da Educação está a conseguir degradar uma relação com a organização mais representativa dos Professores, a FENPROF.**

**A**o fazê-lo intencionalmente, Tiago Brandão Rodrigues desrespeita não só a lei, mas também as relações institucionais que regem uma sociedade democrática. Ao manter esta atitude de forma reiterada, criando todas as condições objetivas para esta degradação, o Ministro desrespeita e afronta os milhares de Professores que supostamente tutela.

É imprescindível que o Ministro modifique a sua atitude para com os Professores

pois a complexa situação que vivemos atualmente implica que se celebrem compromissos. É necessário resgatar o prestígio dos Professores e Educadores, classe reconhecida pela sociedade e que esta pandemia confirmou ser de uma importância estratégica.

Mas os números falam por si: apesar de continuar a ser uma profissão prestigiada, os jovens não a escolhem e milhares dos Professores que a escolheram são obrigados a dela desistir porque não conseguem ter a estabilidade e segurança necessárias, sempre perseguidos pelo flagelo da precariedade.

Os resultados estão à vista de todos: milhares de alunos sem Professores em algumas disciplinas e horários que continuam por preencher, apesar de se aproximar o final do 1.º período letivo.

Este é um vazio que está já a ser aproveitado e ocupado por “entidades” com projetos estranhos à Escola Pública, cujos resultados são, nos países onde estas organizações operam, o enfraquecimento dos direitos profissionais dos docentes, piores resultados de aprendizagem e, nalguns casos até, o próprio fim da Escola Pública.

## **De que está à espera, sr ministro?**

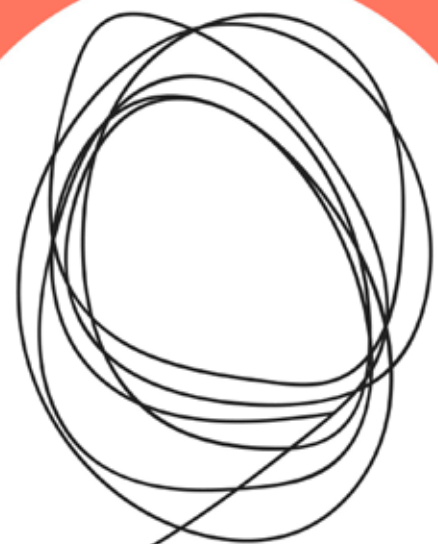
Com um corpo docente cada vez mais envelhecido e a perspectiva de saída de milhares de Professores por atingirem a idade legal de aposentação, nos próximos

anos, é imprescindível o rejuvenescimento da profissão. De que está, então, à espera o senhor ministro?

De que está à espera para iniciar com os Professores um processo de negociação sério, que reponha o prestígio dos Professores, que discuta as questões do ensino, da vida nas escolas e do sucesso dos alunos?

Os Professores portugueses têm propostas para dar resposta aos múltiplos problemas da educação pois ninguém, como eles, conhece tão profundamente a realidade das escolas. Os Professores estão disponíveis para assumirem compromissos, mas também para a ação e para a luta.

Agora a “bola” está do seu lado, senhor ministro. ●





## Rejuvenescimento da profissão e aposentação: De que está à espera o governo?

ANABELA SOTAIA (membro do SN da FENPROF)



O envelhecimento do corpo docente em Portugal é uma realidade inquestionável e incontornável, que todos conhecem, que o governo também conhece, mas que nada tem feito para a resolver, apesar de se ter comprometido a dar resposta a este problema há cerca de 2 anos.

É conhecido que a maioria dos grupos de recrutamento de professores vai perder mais de metade dos seus docentes até 2030 e sabe-se também que a idade média de quem ensina é de 50 anos e que cerca de 15% do total de docentes têm 60 ou mais anos, o que contrasta enormemente com os menos de 0,2% que têm até 30 anos. O arrastamento desta situação, a par da falta de atratividade da profissão, resultado da desvalorização profissional, social e material promovida por sucessivos governos, incluindo o atual, tem afastado dela as gerações mais jovens, o que é uma grave ameaça para o futuro da educação, do ensino

e do país. O rejuvenescimento do corpo docente das escolas portuguesas é, pois, inadiável: pelos professores, pelas escolas, pelos alunos e, até, por razões financeiras. São urgentes medidas que garantam este rejuvenescimento, permitindo a aposentação dos mais velhos, recuperando os milhares que a abandonaram e atraindo jovens para os cursos de formação inicial.

A FENPROF, conhecendo a gravidade da situação, tem vindo a exigir medidas concretas de há muitos anos a esta parte, mas o Ministério da Educação e o governo recusaram-nas sempre. De entre outras, recordam-se as seguintes propostas apresentadas pela FENPROF:

**1)** Aprovação de um regime específico de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste e índice de exaustão emocional dos docentes pelo exercício continuado da profissão em condições extremamente negativas (instabilidade de emprego e profissional, número de alunos por turma,

falta de apoios adequados aos alunos, número de alunos, turmas e níveis por docente e todo o sobretabalho imposto pelo ME para evitar colocar nas escolas o número de docentes que seria necessário);

**2)** Possibilidade de utilização do tempo de serviço que esteve congelado para efeitos de despenalização da aposentação de docentes que ainda não atingiram os 66 anos e 5 meses;

**3)** Aplicação do regime de pré-reforma que, embora já fixado em lei, o governo impede os docentes de beneficiarem do mesmo.

O envelhecimento da classe docente é um dos maiores desafios que os responsáveis pela Educação em Portugal

têm pela frente e a sua não renovação terá, seguramente, implicações muito graves na educação das próximas gerações. Assim sendo, de que está à espera o governo para o enfrentar e o solucionar? ●

“  
A idade média de quem ensina é de 50 anos e que cerca de 15% do total de docentes têm 60 ou mais anos, o que contrasta enormemente com os menos de 0,2% que têm até 30 anos.”

## Fim do embargo à resolução dos problemas

O ministro da Educação, com o embargo que impôs à resolução dos problemas que afetam os professores e as escolas, os quais se repercutem nas aprendizagens dos alunos, prejudicando-as, é o primeiro responsável pelo seu agravamento, pelas dificuldades sentidas pelos docentes e pelas escolas, pela quebra de condições propiciadoras das boas aprendizagens dos alunos. Romper o bloqueio ao diálogo e à negociação será determinante para que se comecem a encontrar as soluções necessárias.

A greve realizada no passado dia 11 de dezembro foi uma resposta à situação

que se está a viver e coloca na primeira linha da agenda política este embargo e este bloqueio que se tornaram ainda mais cerrados na atual legislatura que já completou, em outubro, o seu primeiro ano. Uma greve realizada em condições muito difíceis de preparação, uma vez que, pela primeira vez, toda ela decorreu por via digital e se concretiza num contexto que coloca óbvias dificuldades à participação na luta, seja pela sua proximidade ao final do 1.º período, seja pela situação epidemiológica que se continua a viver. Ainda assim, erro seria o silêncio e a acomodação face ao embargo decretado

e ao bloqueio imposto pelo ministro da Educação, como confirmam as muitas as escolas e jardins de infância encerrados e os milhares os professores em greve.

### Petição

Para o futuro e com vista a romper esta situação de bloqueio e a construir soluções para os problemas, a FENPROF não desistirá de insistir junto dos governantes, em particular o Primeiro-Ministro e o Ministro da Educação, dirigir-se-á, de novo, à Assembleia da República, através de uma Petição que será divulgada nas escolas a partir do início do 2.º período. ●

Regularização  
das situações de carreira:

## Uma exigência fundamental

ANABELA DELGADO (membro do SN da FENPROF)



**F**altam professores nas escolas porque a profissão deixou de ser aliciante; as várias alterações introduzidas no ECD desde 2005 destruíram, silenciosamente e cirurgicamente, quase tudo o que foi alcançado pela intervenção e luta dos professores na revisão do ECD em 1999/2000.

Os professores, porque apesar de todas as contrariedades e injustiças por que passam, exercem com profissionalismo e competência as suas funções, estão exaustos e muito desmotivados.

### Carreira cada vez mais desvalorizada

A classe está envelhecida, o número de docentes com mais de 50 anos de idade ultrapassa os 50%; a percentagem de docentes com menos de trinta e cinco anos é inferior a 2%.

Os jovens deixaram de procurar os cursos que habilitam para a docência; a mensagem do descontentamento, do cansaço e da desmotivação da classe docente está a passar

para a sociedade. A solução para o problema passa necessariamente pela revalorização e pela regularização da estrutura da carreira docente, exigindo designadamente:

- A contagem de todo o tempo de serviço prestado pelos docentes o que impõe a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias ainda em falta;
- A eliminação do efeito negativo e perverso das vagas de acesso ao 5º e 7º escalões que atrasa e/ou impede o acesso ao topo da carreira a milhares de docentes;
- O fim das ultrapassagens;
- A valorização dos salários.

O Ministro da Educação continua num estado de negação, os professores questionam-se mesmo sobre a existência de ministro da Educação em Portugal!

Quem recusa aceitar que há problemas no setor que tutela não sente necessidade de equacionar soluções para os mesmos – esta é a única explicação plausível para a atitude anti negocial do ministro Brandão Rodrigues...

António Costa parece não querer ou não poder resolver tal impasse. Todos os dados indicam que a não serem tomadas medidas, caminhamos "alegremente" para ter sérios problemas na Educação e na Escola Pública a muito curto prazo.

Dignificar a profissão, regularizar e revalorizar a carreira docente é o caminho para atrair os mais jovens e manter na profissão os que posicionados a meio da carreira, não conseguem ver luz ao fundo do túnel... ●

## GREVE AO SOBRETALHO E se fosse consigo?

### FENPROF dirige-se a todos os Portugueses

Esta é a pergunta que, repetidamente, a FENPROF faz nas ruas, praças, nos seus suportes informativos (página oficial, Facebook, revista JF...), na luta que desenvolve, dia a dia, e que integra a greve ao sobretalho que está a fazer-se em todo o país, já com resultados obtidos ao nível de diversas escolas. O ME e o Governo, contudo, refugiam-se

num silêncio insuportável, permitindo a muita ilegalidade existente e que atinge os docentes, sendo, hoje, uma das principais causas do elevado desgaste profissional a que estão sujeitos e a elevados índices de exaustão emocional.

Desta forma, a FENPROF tem o objetivo de perguntar ao cidadão comum se aceitaria que:

- desvalorizassem a sua profissão, desmerecendo a sua formação;
- o obrigassem a fazer tarefas que nem são suas, nem são prioritárias;
- obtivessem resultados sem as condições de trabalho necessárias (de edifícios, de materiais, de equipamentos, de tempo...);
- lhe impusessem, para além do horário legal estabelecido, mais 12, 13, 15 ou mais horas de trabalho... semanalmente! Um

pouco por todo o país, os Sindicatos da FENPROF estão a colocar pendões e outdoors com a mensagem que aqui apresentamos (apenas 1 minuto e 40 segundos da sua vida):

Caros/as colegas e cidadãos, em geral, esperamos poder contar com a divulgação desta iniciativa, partilhando nas redes sociais ou enviando esta mensagem para os contactos que cada um possui. | O Departamento de Informação e Comunicação da FENPROF ●



# Tiago Rodrigues, ministro da Precariedade

VÍTOR GODINHO (membro do SN da FENPROF)

Em 2016/17, ano em que apenas 100 professores ingressaram nos quadros e foram contratados até 31 de dezembro quase 22000 professores, 8000 dos quais em horário anual e completo, o governo de então, já com Tiago Rodrigues à frente da pasta da Educação, afirmou querer encetar um “combate decidido à precariedade”. Foi neste âmbito que, nos dois anos letivos seguintes, para além dos ordinários concursos externos, se realizaram concursos externos extraordinários, os quais permitiram concretizar uma diminuição, ainda que ligeira, dos níveis de precariedade na profissão docente: em 2017/18 e em 2018/19, o número de professores contratados até 31 de dezembro de cada ano decresceu para, respetivamente, cerca de 20500 (5100 em horário anual e completo) e 18000 (5180 em horário anual e completo).

Contudo, bastaram apenas dois anos de aplicação da designada norma travão como determinante exclusivo do número de docentes que entram nos quadros, para o nível de precariedade disparar novamente, e para números superiores a 2016-17. De facto, o número de professores que o ME foi obrigado a contratar até 31 de dezembro foi já de quase 20 mil (7400 dos quais em horário anual e completo) em 2019-20 e, em 2020-21, faltando ainda concretizar uma

colocação em reserva de recrutamento, já ronda os 25 mil (9663 em horário anual e completo)!

Estes dados constituem uma confirmação contundente de que a norma travão só trava o combate à precariedade (não o abuso no recurso à contratação a termo) e que Tiago Rodrigues terá de aceitar revê-la, se não quiser ficar na história com o triste epíteto de ministro da Precariedade.

Para além do combate à precariedade, a revisão do regime de concursos impõe-se no sentido de se alcançarem outros antigos objetivos, como seja o de reafirmar/aprofundar o caráter nacional dos concursos (que faça recuar a tentação de aproveitar a crescente falta de professores para, precisamente, pôr em causa este princípio basilar dos concursos), ou o de promover a justiça, a equidade e a objetividade na distribuição dos lugares disponíveis, desde logo garantindo que os docentes dos quadros, de escola/agrupamento e de zona pedagógica, são ordenados, em todas as fases do concurso, de acordo com a sua graduação, numa só prioridade.

Para tudo isto a FENPROF apresentou propostas concretas. O que falta é um ministro que aceite sentar-se à mesa das negociações para as discutir, o que, enquanto não suceder, torna incontornável a luta dos professores. ●



## Segurança sanitária nas escolas

### 6 apontamentos à atenção das autoridades de saúde

Relativamente às medidas de prevenção da Covid-19 e segurança sanitária nas escolas, apesar de se saber que a população jovem é, por norma, assintomática, mas é aquela em que se tem verificado o maior crescimento de casos positivos, o que temos é que:

**1.** Na maioria das salas de aula continua a não haver o distanciamento físico indispensável;

**2.** Por falta de assistentes operacionais, as condições para a limpeza e desinfeção necessárias no atual contexto, não existem;

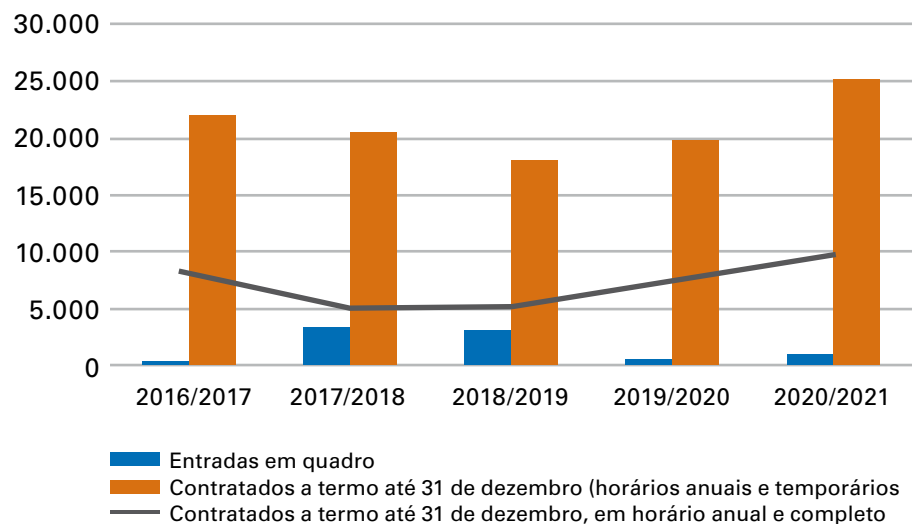
**3.** Com a chegada do inverno, o arejamento das salas de aula torna-se menos frequente;

**4.** Mesmo quando existem casos de Covid-19 nas escolas, por norma, os contactos mais próximos dos infetados não são testados (alunos, docentes ou não docentes), mesmo quando se mantêm em atividade presencial;

**5.** Com o anúncio das fases de vacinação, não se prevê que os docentes, designadamente os mais velhos (mais de 50 anos) entrem, por exemplo, na segunda fase, o que tem merecido a reclamação de diversos professores;

**6.** Por último, a falta de proteção aos professores de grupo de risco, alguns já sem salário, põe em causa o princípio constitucional de proteção da saúde. ●

**Evolução do n.º de entradas em quadro e de contratações realizadas até 31 de dezembro ao longo dos últimos 5 anos letivos**





1.º CEB

# Condições de trabalho agravadas e um M.E. que continua a fugir ao diálogo

ALBERTINA PENA (membro do SN da FENPROF)

**T**ermina o 1º período de um ano letivo atípico e as condições de trabalho, já de si gravosas, deterioraram-se ainda mais. A este agravamento das condições de trabalho acresce a falta de condições para dar cumprimento às medidas de segurança sanitária. Perante as dificuldades vividas nas escolas, o ministério da educação continuou a assobiar para o lado e a meter a cabeça na areia.

Nas salas de aula mantém-se o mesmo número de alunos por turma, o que tem dificultado um apoio mais individualizado e uma melhor recuperação das aprendizagens. Não é possível, assim, manter o distanciamento físico dando cumprimento a uma das medidas estabelecidas pela DGS quanto às regras de segurança sanitária.

Continuaram, durante este período, a faltar professores para substituições, quer seja por isolamento profilático ou por outro motivo. Continua a ser necessário garantir aprendizagens aos alunos, garantindo a substituição dos docentes em falta com a colocação de mais professores nas escolas. Mesmo em tempo de pandemia, há alunos que continuam a ser distribuídos por outras salas, aumentando o número de alunos das turmas para onde são distribuídos e impedindo, desta forma, o respeito pelas regras sanitárias no que diz respeito às bolhas.

Os professores continuaram com horários sobrecarregados, e crescem a estes horários extensos várias pressões para a execução de tarefas que não são da sua competência, como sejam: a higienização de espaços, a vigilância de intervalos e de

almoços, e outras que não fazem parte do seu conteúdo funcional. Quanto à vigilância de intervalos, a FENPROF publicou e divulgou um esclarecimento sobre os direitos dos professores.

Foi ainda reeditado um documento com algumas FAQ que visam responder a dúvidas colocadas e constituir-se como um documento informativo para a ação em relação à defesa dos nossos direitos.

A insuficiência de assistentes operacionais já se verificava antes da pandemia, tendo-se acentuado durante este 1º período, e algumas escolas viram-se mesmo obrigadas a fechar, na impossibilidade de substituir os assistentes operacionais dos grupos de risco ou em isolamento.

A falta de professores nas escolas tem, também, levado a que muitos docentes se vejam inibidos de usufruir dos seus direitos, nomeadamente quanto à redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79º, que pode ocorrer aos 25 e 33 anos de serviço e a partir dos 60 anos de idade, pois nem sempre estes docentes conseguem efetivamente usufruir dessa redução a que têm direito, porque o trabalho que lhes é atribuído resulta muitas vezes no apoio a alunos e na substituição de colegas. Na prática, os docentes acabam por ter componente letiva num tempo que é de dispensa da componente letiva. Os professores são lesados neste direito e urge que a lei seja cumprida.

A solução para o apoio a alunos que estão em casa (quer seja em isolamento profilático ou por outro motivo) não pode assentar na transmissão em direto de aulas

## PS e governo prometeram

**"Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais."**

Na justificação do Orçamento do Estado de 2020 chegou a constar como medida a adotar.

**Agora, governo e PS abandonam o que prometeram, em tempo de eleições!**

**Exigimos respeito!**





nem na gravação, pelo que este ato comporta quanto à violação dos direitos à imagem, à reserva de identidade de professores e alunos. Têm de ser encontradas soluções semelhantes às que já existiam para as faltas dos alunos à escola por motivo de doença ou outros.

No final deste período, a exaustão é enorme. A falta de consideração e de respeito, por parte de ME, pelos profissionais da educação também. Urge melhorar as condições de trabalho nas escolas, valorizar e dignificar a classe docente.

Temos propostas! Exigimos soluções! ●

## E no final do 1º período o abecedário conseguimos completar

**A** aposentação precisamos antes de morrer a trabalhar e da

**B**urocracia que enche os dias precisamos de nos livrar.

**C**ontinuam a agravar-se as condições de trabalho e em tempo de pandemia

**D**izemos que são necessárias mudanças

**E** queremos medidas de segurança

**FAQ** foram reeditadas.

**G**anhamos bem menos do que deveríamos porque o tempo nos foi roubado e os

**H**orários de trabalho continuam sobrecarregados

**I**mprescindível é negociar porque propostas temos para apresentar

**J**á chegámos ao final do 1º período que teve muito de

**k**afkiano e de tão intenso mais parece o final de ano.

**L**evamos a nossa profissão a sério e

**M**esmo em condições adversas

**N**ão desistimos de lutar

**O** que vemos é desconsideração por parte do Ministério da Educação e

**P**romessas não cumpridas de campanha e de governo quanto à monodocência e as

**Q**otas de acesso aos 5º e 7º escalões precisam de acabar e a

**R**edução das horas de componente letiva é para efetivar

**S**empre a lutar para ver

**T**odo o tempo de serviço a contar e

**U**m dia teremos de ser ouvidos pelo ministério da educação.

**V**alorizar a profissão é preciso e as

**W**ebcam nas salas de aulas não podemos ter.

**X**enofobia da educação temos de eliminar e com

**BullY**ing ministerial acabar e com as reuniões

**Z**oom e de outras plataformas terminar.

# Horários de trabalho Esgotamento físico e psíquico dos docentes

JOSÉ MANUEL COSTA (membro do SN da FENPROF)

**A** profissão docente é naturalmente exigente e desgastante, mas o elevadíssimo desgaste sentido por cada vez mais docentes resulta também, e muito, de condições inadequadas de exercício da profissão, designadamente de horários desajustados e absurdamente sobrecarregados.

Um exaustivo inquérito levado a cabo pela FENPROF no início de 2017, com mais de 5700 respostas validadas, permitiu concluir que os docentes trabalhavam, em média, mais de 46 horas por semana, excedendo assim largamente as 35 horas semanais que constituem o seu horário, conforme legalmente estabelecido no Estatuto da Carreira Docente (ECD). Para esse enorme excesso, muito contribuem, em grande medida, as muitas tarefas burocráticas que os docentes são chamados a realizar e o número exagerado de reuniões para que são convocados, realizadas quase invariavelmente, para além da respectiva componente não lectiva de trabalho de estabelecimento, apesar de o ECD aí prever a sua inclusão.

Também ocorre, por vezes, a convocação para formação contínua obrigatória, muito para além do número de horas estabelecido no ECD como obrigatório para os docentes, chegando algumas direcções ao absurdo de obrigar alguns docentes, num só ano, a fazerem

50 ou mais horas de formação, tantas quantas cada docente tem de realizar nos quatro anos de permanência num qualquer escalão da carreira que não o 5.º, no qual, sendo apenas de dois anos, os docentes têm apenas de realizar 25 horas de formação.

Mas, nesta matéria, o Ministério da Educação nada tem feito para garantir que os professores sejam respeitados os limites e regras aplicáveis ao seu horário.

É verdade que o ME, chegou a referir, em nota à comunicação social, alguns procedimentos que deveriam ser adoptados pelas escolas, supostamente visando impedir situações de abuso, mas nunca transformou aquelas informações em orientações oficiais, tolerando e, portanto, tornando-se assim cúmplice dos mais diversos abusos e ilegalidades que continuam a ser cometidos no que toca aos horários dos professores.

O horário semanal dos docentes deve ser, efectivamente, de 35 horas e não mais, motivo que levou a FENPROF a, pelo terceiro ano consecutivo, ter convocado greve ao sobretrabalho, a qual já teve inegavelmente o mérito de ter levado muitas direcções a alterarem as suas práticas, fosse pelo abandono da realização generalizada de reuniões intercalares de conselho de turma, fosse pela consagração nos horários de tempo(s) específico(s) para reuniões. Contudo, porque esse ainda está longe de ser um procedimento generalizado, os horários docentes constituem um dos importantes motivos por que se torna urgente o desbloqueamento da negociação com o Ministério da Educação. ●

**Nota:** O autor não respeita o Acordo Ortográfico de 1990, vulgo Novo Acordo Ortográfico.

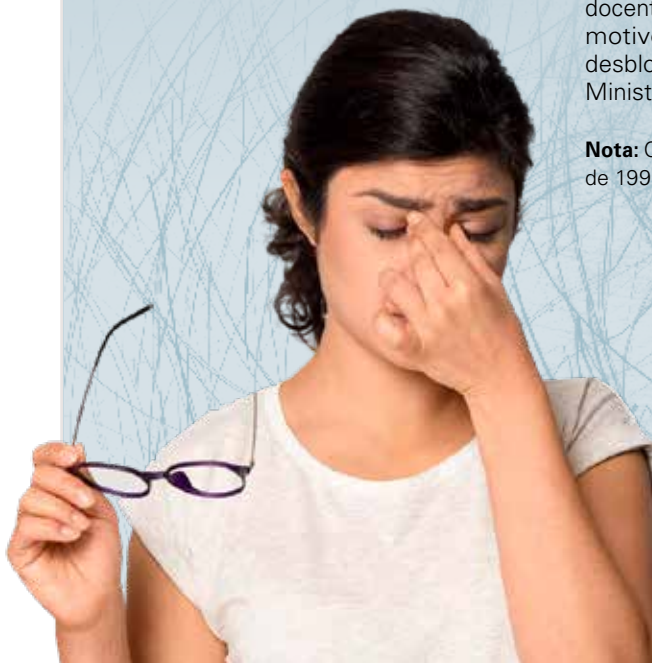




Foto: José Machado

## Subscrever esta petição é participar na luta

FRANCISCO ALMEIDA (membro do SN da FENPROF)

A FENPROF continua a recolher assinaturas na petição contra a municipalização da educação. Esta petição tem como primeiros subscritores Mário Nogueira (Secretário-Geral da FENPROF), José Correia (Coordenador do STAL), Filinto Lima (Presidente da ANDAEP), Manuel Pereira (Presidente da ANDE), Rui Martins (CNIPE) e Sebastião Santana (Coordenador da FNSTFPS).

A subscrição da petição pode ser feita online em [www.escolapublica.net](http://www.escolapublica.net)

A FENPROF trava este combate há vários anos, com particular relevo desde 2014 e 2015, quando o governo PSD/CDS negociou com uma dúzia de câmaras a municipalização da educação. A luta dos professores impediu que levassem tão longe como queriam esse processo.

Já com os dois governos do PS e António Costa, a FENPROF dinamizou a subscrição de abaixo-assinados concelhios e concentrações em diversos locais. Trata-se, agora, de levar a Assembleia da República a assumir novamente as suas responsabilidades.

O caminho para municipalização da educação é um processo que vem sendo desenvolvido pelo atual governo do PS e pelo anterior do PSD e CDS. Nisto, como em muitas outras matérias o centrão político está de acordo. Eles estão de acordo, mas os professores e educadores não! As organizações de diretores das escolas também não! Os trabalhadores não docentes das escolas também não! Os trabalhadores das autarquias também não concordam e o mesmo se passa com organizações de pais.

Trata-se de desresponsabilizar o governo por uma importante área da vida nacional sacudindo a responsabilidade por insuficiências das escolas para o poder local.

Um tal processo levará à degradação das condições de estudo e trabalho em milhares de escolas, nomeadamente nos concelhos com menores recursos financeiros. No final do caminho as escolas públicas desenvolverão a sua atividade em função da maior ou menor sensibilidade das câmaras municipais para as questões da educação. Mais cedo que tarde milhares de escolas ficarão dependentes da penúria de recursos a que um elevado número de câmaras está sujeita em resultado do facto de o governo não cumprir, há muitos anos, a lei sobre o seu financiamento. As escolas veriam reduzidos os seus curtos espaços de autonomia e muitos dos seus serviços entregues a empresas privadas, a julgar pelas opções de gestão da maioria das câmaras municipais.

Para os professores e educadores, deve estar claro que, se este passo for concretizado, não demorará muito para que todos os docentes sejam transferidos para a tutela das câmaras municipais. Colocações e concursos, salários, horários, avaliação de desempenho, carreira e regime disciplinar ficarão nas mãos e no arbítrio do senhor presidente da câmara.

A ação dos professores será determinante para impedir a concretização deste projeto político do PS e da direita. ●

Todos podemos fazer a nossa parte neste combate subscrevendo a petição e divulgando a possibilidade da sua subscrição em [www.escolapublica.net](http://www.escolapublica.net)



# 1º Seminário do Ciclo de Debates da FENPROF Pela democracia nas escolas!

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

**A** FENPROF promove em 2021 um ciclo de debates virtuais em torno de um conjunto de temáticas relevantes para uma melhor compreensão da realidade educativa e das condições de exercício da profissão docente.

O primeiro dos 8 seminários a realizar será sobre democracia nas escolas. Procuraremos

refletir sobre o balanço de 12 anos de vigência do DL 75/2008 e do que é preciso mudar na direção e gestão das escolas.

Para este debate, a FENPROF convidou o Professor Licínio Lima, reputado especialista em Administração Escolar da Universidade do Minho, que falará sobre "Diretores escolares em ação: concentração de poderes, autonomia operacional e erosão democrática", a partir de dados de investigação de uma equipa de nove investigadores, recentemente



publicados em livro, ao fim de anos de trabalho. Uma importante análise do modo de atuação dos diretores, de como se autorrepresentam, mas também dos contextos concretos onde atuam e das relações de poder que se estabelecem nas organizações escolares. Um estudo que mostra as contradições, as falácias e as ambiguidades que caracterizam o atual regime

de autonomia e gestão das escolas, um regime que a FENPROF contestou desde o primeiro momento, por considerar que representa um retrocesso no funcionamento democrático da escola pública.

Para além do contributo da academia, a FENPROF convidou ainda para este debate representantes dos três partidos que têm neste momento iniciativas legislativas nesta área: o BE, o PAN e o PCP (projeto de lei n.º 190/xiv/1.ª, projeto de resolução

n.º 206/xiv/1.ª e projeto de lei n.º 192/xiv/1.ª, respetivamente) que abordarão os motivos que fundamentam os projetos apresentados e as principais alterações que cada um preconiza.

Este primeiro debate terá lugar na última 4ª feira de janeiro, dia 27, pelas 17 horas. Seguir-se-ão os outros, sempre à 4ª feira, de duas em duas semanas. O facto de a situação pandémica condicionar a realização destes seminários em regime presencial, tornando mais pobre o encontro, tem, apesar de tudo, um aspeto positivo: torna mais fácil a participação de colegas de todo o país, incluindo as regiões autónomas, nestas iniciativas de âmbito nacional.

Aqui fica o apelo à participação e o desejo de um debate vivo e profícuo, que possa constituir mais um passo no sentido da revisão de um ordenamento jurídico que tem contribuído para a erosão da vida democrática das escolas e para a desmotivação e o desgaste pessoal e profissional dos docentes, agravando as condições de trabalho na escola pública. ●

## Coligação negativa de PS e toda a direita contra a valorização da profissão docente

**A** oportunidade foi criada pela FENPROF que tinha apresentado, na Assembleia da República, uma petição subscrita por muitos milhares de professores e educadores. No passado dia 3 de dezembro, a petição subiu a sessão plenária tendo sido apresentados três projetos de Resolução: do BE "Pela valorização da carreira docente"; do PCP "Valorização dos professores e educadores e melhoria das suas condições de trabalho"; do PEV "Atribuição de direitos devidos aos professores".

No dia seguinte, 4 de dezembro, aqueles projetos de Resolução foram a votação e todos foram rejeitados porque PS, PSD e CDS-PP, mais uma vez, se uniram contra os professores.

Como sublinha a FENPROF, ficou evidente para os professores quem não está do seu lado, colocando-se contra a valorização da sua profissão e contra a salvaguarda dos seus direitos socioprofissionais. Sim, porque é com medidas e não com meras palavras, ainda que de aparente apreço, que se valoriza uma profissão que começa a registar escassez de profissionais. Quando os atos não correspondem às palavras é legítimo afirmar que estas são hipócritas.

Para os professores, a rejeição das resoluções propostas confirma a necessidade de fazerem ouvir, ainda mais alto, a sua voz de protesto e exigência e isso faz-se com luta. ●







# impressões

JOSÉ MANUEL COSTA (membro do SN da FENPROF)

## Sobre a falta de segurança sanitária

Como todos sabemos, a meio de Março deste ano, a epidemia de COVID-19 levou o país ao estado de emergência e, entre muitas outras consequências, ao encerramento da actividade lectiva presencial nas escolas.

Com a evolução da situação sanitária, quando se começou a perspectivar o regresso à actividade presencial nas escolas, ainda que parcelar e faseado, consciente dos grandes prejuízos, ainda que variáveis, causados às aprendizagens dos alunos na fase de ensino a distância – apesar de todo o profissionalismo e abnegação revelados pela classe docente –, a FENPROF defendeu claramente esse regresso ao ensino presencial, mas considerando fulcral acautelar as devidas condições para tal, designadamente no respeitante às condições sanitárias.

Com essa preocupação e exigência em mente, quer então, quer aquando do início do novo ano escolar, a FENPROF pugnou pela criação de um protocolo sanitário específico para a educação, que contemplasse a necessidade de parecer prévio favorável à abertura de cada estabelecimento da autoridade de saúde pública local, pela realização prévia de testes a alunos, docentes e não docentes, pela higienização prévia das instalações, a que se seguiriam outras com periodicidade adequada, pela distribuição gratuita de equipamentos de protecção individual, em número e de forma adequados a cada sector de educação e ensino, pela observação das mesmas regras definidas pela DGS quanto ao distanciamento físico para os demais sectores da sociedade e, não menos importante, pela efectiva protecção de toda a população escolar de risco.

Como bem sabemos, infelizmente, a maioria destas reivindicações não foram de todo atendidas, verificando-se, designadamente, que: a testagem prévia foi sempre recusada pelo governo, apesar de algumas autarquias terem seguido esse caminho; o distanciamento físico entre



alunos só muito excepcionalmente respeita a distância mínima recomendada pela DGS para a generalidade das situações; a frequência e a qualidade da higienização dos espaços é impossível de ser devidamente acautelada, por manifesta carência de recursos humanos, problema pré-existente, mas que a situação epidemiológica veio agravar; a protecção dos doentes de risco, sendo assegurada aos alunos, no caso dos docentes limita-se à possibilidade de usufruírem de 30 dias de falta remunerados, pois não lhes é autorizado o teletrabalho, apesar de existirem várias circunstâncias em que tal seria exequível, desde logo na garantia de leccionação e de diferentes apoios aos alunos em isolamento ou quarentena ou que integrem também grupo de risco.

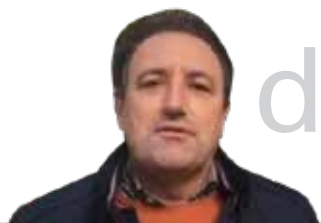
A estes problemas, um outro se veio juntar e vem marcando fortemente o quotidiano das nossas escolas: a deplorável atitude do governo e do Ministério da Educação de optar por esconder informação relativamente aos casos positivos de COVID-19 em meio escolar e às medidas tomadas após a sua detecção, sendo no mínimo duvidosa a escassa informação que vai sendo prestada, designadamente quanto ao número de surtos existentes nas escolas.

Infelizmente, nada disto se pode estranhar muito, vindo de um governo que tem reiteradamente recusado a negociação, mesmo de matérias em que ela é obrigatória, como é o caso da saúde e segurança no trabalho. ●

**Nota:** O autor não respeita o Acordo Ortográfico de 1990, vulgo Novo Acordo Ortográfico.

“

**A FENPROF pugnou pela criação de um protocolo sanitário específico para a educação, que contemplasse a necessidade de parecer prévio favorável à abertura de cada estabelecimento da autoridade de saúde pública local**



# duas palavras

MANUEL NOBRE (spzs.nobre@gmail.com)

## O futuro da Escola Pública e a qualidade das respostas educativas estão em causa

**P**or mais que se possa tentar difundir a ideia de que a atual situação pandémica justifica tudo e que temos de nos conformar com o “novo normal”<sup>(1)</sup>, a realidade é que a vida continua.

É claro que esse tal “novo normal”, para esses beltranos, só se aplica para justificar os sacrifícios e as injustiças a que os trabalhadores estão sujeitos. Se assim não fosse, como é que se explicaria o seu silêncio relativamente ao ajuntamento de dezenas ou até centenas de trabalhadores que diariamente se cruzam ou se “amontoam” nas frentes de trabalho, nos transportes públicos, enfim, no quotidiano. Aqui, o “novo normal” é o “normal de sempre”, o normal do dia-a-dia de todos os dias, quer chova ou faça sol, o normal da precariedade, das desigualdades, das injustiças e da exploração, o normal da

luta de classes. Então, porque deveria o tal “novo normal” impedir os trabalhadores de lutar e defender as suas vidas e o seu país?!

Na Educação, este “novo normal” mantém e agrava os problemas do passado e está a criar novas dificuldades aos seus profissionais e à Escola Pública. Quer pela falta de capacidade e vontade política para os resolver, a começar pelo bloqueio negocial do governo ou pela inexistência de um ministro, quer pela opção deliberada deste governo em continuar o caminho de desinvestimento, tendo em conta a constante redução do orçamento para a Educação (em percentagem do PIB), atingindo em 2021 o valor mais baixo dos últimos 10 anos.

Os professores portugueses têm mais que razões para continuar e intensificar a sua luta, pois o que está em causa não é só a sua carreira, as ultrapassagens, a recuperação

do tempo de serviço, os seus horários de trabalho, o modelo de aposentação, o modelo de concursos, a vinculação, a municipalização da educação, o modelo de gestão, o ECD, a desvalorização da profissão, o envelhecimento da profissão, a crescente falta de docentes qualificados, as medidas de segurança sanitária para as escolas, a falta de auxiliares,...., é também o futuro da Escola Pública e a qualidade das respostas educativas.

Para que o tal “novo normal” não se alastre à Escola Pública, desvirtuando-a, a luta dos professores irá continuar! ●

1. Termo amplamente reproduzido pelos “encartados fazedores de opinião” que, repetidamente, vão espalhando a ideia de que tudo o que seja luta organizada dos trabalhadores (mesmo adotando medidas de segurança sanitária) é algo inaceitável e que, na sua ótica, deveria ser proibido, “a bem da nação”.

CARTOON | **ESTE MURO NÃO VAI PARAR OS PROFESSORES!**

Henrique Monteiro







## Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional Processo de Conciliação entre a FENPROF e a CNEF

### Ponto da situação e auscultação dos professores

No seguimento da última informação, a FENPROF iniciou, no âmbito das competências da DGERT, o processo de conciliação com a CNEF com vista à celebração de um CCT, para os docentes dos Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional.

A FENPROF apresentou, para o processo de conciliação, uma proposta que já reunia um conjunto de cedências, decorrentes das negociações diretas com a CNEF, nomeadamente quanto à organização e duração do horário de trabalho letivo e duração da carreira.

Em resposta, a CNEF propôs o texto do contrato coletivo de trabalho em vigor, celebrado com outras frentes sindicais.

Neste quadro, a FENPROF reafirma a importância de ter uma convenção coletiva de trabalho para o setor, que se diferencie

das publicadas, que reconheça e reponha direitos, respeite os docentes, valorize a carreira e dignifique o exercício da docência, não discrimine os docentes do Ensino Profissional, no que respeita à sua carreira e salários, assim como, os docentes do ensino Artístico Especializado, relativamente à organização do seu horário letivo.

Para a FENPROF, a função docente assume uma dignidade e uma responsabilidade específicas, independentemente de ser exercida no sistema público ou no sistema privado, concretizando-se na defesa de melhores condições de trabalho para os docentes desses setores de ensino, nomeadamente uma carreira digna e valorizada. Perante esta situação, a FENPROF, no início de janeiro, irá publicar no seu site um inquérito para auscultar os associados dos seus Sindicatos, no sentido de, em conjunto, ser tomada a decisão que melhor defenda os interesses dos docentes dos Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional.

A construção deste inquérito tem como base as matérias consideradas fundamentais: tempo de serviço prestado para efeitos de progressão; duração do horário letivo; carreira única nos Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional e recuperação do tempo de serviço prestado durante a ausência de um contrato coletivo de trabalho subscrito pela FENPROF, devido à intransigência negocial por parte da CNEF.

### Reuniões sindicais em janeiro

Esteja atento, no início do 2º período letivo, logo que o inquérito esteja disponível no site da FENPROF será enviada a correspondente informação, que poderá partilhar com outros colegas. Também, durante o mês de janeiro irão ser agendadas reuniões sindicais do setor em todos os sindicatos da FENPROF, para um melhor esclarecimento relativo às matérias constantes do inquérito e, que estão em discussão no processo de conciliação entre a FENPROF e a CNEF. ●





Nestes tempos negros para todos, muito especialmente para os mais idosos, e conseqüentemente para os reformados, não podemos deixar desaparecer a esperança de dias melhores, quer a nível das condições de saúde, quer, de uma maneira mais geral, numa vida com melhores condições de proteção na velhice. Não podemos deixar para trás o combate às desigualdades sociais e à pobreza, não podemos abandonar a luta pela valorização das pensões e pela elevação da qualidade de vida e bem-estar. Na verdade, esta pandemia veio colocar debaixo dos olhos de todos uma realidade que a Inter-reformados tantas vezes denunciou: a quase ausência da resposta do Estado à necessidade de equipamentos que sirvam os mais velhos com todas as especificidades desta faixa etária. Assistimos à revelação pública de um escândalo que era conhecido de muitos: os lares ilegais, alguns até com subsídios da Segurança Social, a acreditar em notícias vindas a público. Defendemos a criação de uma rede pública de estabelecimentos para idosos e, integrada nela ou com outro modelo orgânico, ainda uma rede pública de apoio domiciliário que possa assegurar que os idosos possam envelhecer no seu domicílio. Evidentemente, enquanto tais redes não acontecerem, há que aumentar muito a vigilância sobre os lares que existem para que estes deixem de ser um local onde estão arrumados os mais velhos, sem cuidados adequados à sua saúde, sem possibilidades de exercerem a sua cidadania, isto é a efetivação dos seus direitos em todas as suas dimensões. Lembramos que existe uma Resolução da Assembleia da República que recomenda ao Governo a promoção do envelhecimento com direitos (nº 88/2018, fevereiro 2018), cujas medidas concretas ganham, no atual contexto, acrescida importância.

In Manifesto "Combater o medo", Inter-Reformados, CGTP-IN, divulgado em novembro de 2020.

## Aposentação

# Não podemos deixar desaparecer a esperança

Lembramos que na 2ª conferência nacional dos professores aposentados da FENPROF realizada em novembro de 2017, aprovámos a carta que incluía, entre outras, as seguintes reivindicações: "...

- defesa do SNS de carácter universal, que garanta os recursos necessários e sua adequada utilização de modo a poder responder aos cuidados de saúde dos cidadãos, particularmente agudos entre a população aposentada;

- defesa do carácter público do SNS, que supõe a rejeição da privatização de hospitais, o fim das parcerias público-privadas e a reversão das existentes para o setor público administrativo;

- fim das taxas moderadoras e acesso real aos serviços dos médicos e enfermeiros de família;

- criação de serviços de geriatria nos Centros de Saúde e nos hospitais centrais e equiparados;

- humanização das condições de transporte dos doentes, sem prejuízo da racionalização necessária ao bom uso dos meios existentes;

- medidas de apoio ao envelhecimento e à dependência, nomeadamente a existência de serviços de apoio psicológico nos centros de saúde e instituições similares.

- alargamento da rede pública de apoio a toda a população idosa;

- alargamento da rede pública de cuidados continuados e paliativos, de proximidade e de qualidade, no domicílio ou instituições;

- criação de um novo ramo de proteção social que abranja todas as pessoas em situação de dependência;

- exigência de uma formação de técnicos devidamente profissionalizados, incluindo formação de qualidade para os cuidadores de proximidade.

Cada vez mais, é necessário estarmos juntos, unidos e fazermos ouvir a nossa voz e a nossa razão! ●



“

**Não podemos deixar para trás o combate às desigualdades sociais e à pobreza, não podemos abandonar a luta pela valorização das pensões e pela elevação da qualidade de vida e bem-estar.**



**No Alvo**

## Mobilizar, esclarecer, organizar!

(...) Os serviços públicos e as funções sociais do Estado, depois de décadas de ataque, de sangria, de desinvestimento, exigem hoje uma aposta robusta, com a contratação de muitos mais trabalhadores e a um verdadeiro investimento em meios e equipamentos que assegurem a capacidade de resposta, na saúde, na educação, na segurança social e em todos os serviços públicos.

Os tempos que atravessamos, os desafios que enfrentamos, demonstram a necessidade de mobilizar, esclarecer e organizar os trabalhadores para a luta. Demonstram que é possível avançar e que é a luta o motor da conquista de direitos (...)

Será também com a luta que conseguiremos o aumento geral dos salários, partindo da reivindicação de 90€ para todos em 2021.

O aumento geral dos salários é uma condição para elevação das condições de vida, para a valorização do trabalho e das profissões, para repor alguma justiça na repartição da riqueza, para colocar Portugal numa rota de mais rápida recuperação económica. Mais salário implica mais consumo, mais vendas para as empresas, mais emprego, mais crescimento económico! Não podemos, não aceitamos, voltar aos tempos da troika!

Não são os salários e o seu aumento o entrave ao crescimento económico, são os lucros obscenos, os colossais dividendos e as rendas garantidas que só beneficiam uma pequena minoria, o travão ao desenvolvimento do país! (...)

Aquilo que os trabalhadores exigem e o país precisa é da consagração de que a um posto de trabalho permanente corresponde um vínculo efetivo! Nem mais, nem menos. Temos de acabar com as exceções que fazem da precariedade uma regra. (...)

Há mais tecnologia, novas técnicas para produzir mais e em menos tempo, inovações que em si são fruto do trabalho e que para o trabalho têm de reverter! É inaceitável que esta evolução sirva para acentuar desigualdades, criar novos excluídos ou promover uma ainda maior degradação das condições de trabalho (...)

Da intervenção de Isabel Camarinha, Secretária Geral da CGTP-IN, Lisboa, 11.12.2020, Semana de Ação e Luta



## Mudança da legislação sobre resíduos pode abrir portas às novas lixeiras do século XXI

**CARMEN LIME** (Coordenadora Centro Informação de Resíduos da Quercus)

**A** Quercus critica algumas das medidas propostas, pelos riscos que poderão acarretar a nível ambiental, apesar de reconhecer que algumas alterações introduzidas serão muito positivas para o país, em matéria de gestão de resíduos.

A proposta em discussão sobre o novo regime geral de gestão de resíduos abre novos caminhos para uma mudança no paradigma da gestão de resíduos em Portugal, que se pretende que seja urgente, mas deixa em aberto um caminho que poderá ser muito perigoso no futuro, e que o país poderá vir a pagar muito caro.

Este novo diploma propõe a introdução de alterações cruciais no setor da gestão de resíduos em Portugal, que irão provocar efeitos muito positivos, mas por outro lado pode introduzir algumas fragilidades. A Quercus salienta os pontos frágeis e fortes deste documento:

### Pontos frágeis:

- Fim do limite para a classificação de resíduos: é eliminada a anterior definição de "resíduo urbano", no critério que estabelecia a responsabilidade pela gestão às autarquias sempre que a produção de resíduos fosse inferior a 1.100 litros por produtor.
- É introduzida uma nova designação para "enchimento" relativa a qualquer operação de valorização em que, para efeitos de recuperação em zonas escavadas ou para fins de engenharia paisagística, são empregues «resíduos não perigosos» adequados para esse fim em substituição de outros materiais que não são resíduos.
- Os valores-limite para o teor total de parâmetros orgânicos, HAP (hidrocarbonetos aromáticos policíclicos), nos critérios de admissão

em aterros de resíduos inertes ou para aterros de resíduos não perigosos, continua nos 100mg/kg. Valor que não acompanha a média europeia que ronda valores-limite na ordem dos 40mg/kg.

- A partir de 1 de janeiro de 2023, o diploma permite ainda que seja atribuído um custo à água da torneira fornecida aos clientes no canal HORECA

### Pontos fortes:

- Proibição da deposição de resíduos que tenham sido objeto de recolha seletiva para reutilização e reciclagem.
- Oferta de áreas dedicadas a bebidas em embalagens reutilizáveis e a produtos a granel.
- Promover a oferta de embalagens feitas com um só material.
- Proibir a disponibilização gratuita de sacos de caixa.
- Marcação das embalagens recicláveis com a indicação do seu destino correto - a cor do ecoponto onde estas devem ser colocadas.
- A possibilidade de utilizar os pneus usados em trabalhos de construção civil e obras públicas.
- Proibida da impressão e distribuição sistemática de recibos nas áreas de vendas em estabelecimentos abertos ao público; cartões bancários; bilhetes por máquinas; vouchers e ticket's.
- Obrigatoriedade de aceitar que os seus clientes utilizem os seus próprios recipientes, a partir de 1 de janeiro de 2022.
- Metas e objetivos definidos pelas diretivas europeias e transpostas para esta legislação, nomeadamente para a prevenção, reutilização e reciclagem de embalagens de papel, metal, plástico e vidro, bio-resíduos, têxteis, óleos alimentares usados e resíduos perigosos.
- Estas duas medidas que a Quercus já vem a apelar há algum tempo, e que deverão ser aplicadas em simultâneo.





# Acabar com a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras

**A** violência e o assédio no mundo do trabalho constituem uma forma de violação dos direitos humanos, são uma ameaça à igualdade de oportunidades e são inaceitáveis e incompatíveis com o trabalho digno. Afetam a saúde psicológica e física, a dignidade e o ambiente familiar e social.

São incompatíveis com a promoção de empresas sustentáveis e afetam negativamente a organização do trabalho, as relações de trabalho, o empenho dos/as trabalhadores/as, a imagem das próprias empresas e a produtividade.

A violência doméstica também afeta o emprego, a produtividade, a saúde e a segurança, pelo que também deve ser reconhecida e enfrentada no mundo laboral.

Estes são princípios integrados na Convenção n.º 190 e na respetiva Recomendação n.º 206, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, aprovada em Junho de 2019, que deverá ser transposta para a legislação nacional de cada país e também estar refletida nas convenções coletivas de trabalho. Portugal ainda não ratificou esta Convenção.

No entanto as situações que vão sendo conhecidas e denunciadas pelos Sindicatos da CGTP-IN – como o caso da trabalhadora corticeira, Cristina

Tavares – demonstram que o trabalho digno e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias, continuam a ser postos em causa em muitas empresas e serviços no nosso País.

Nestes tempos de pandemia, o crescimento do teletrabalho, para além de outros problemas que acarreta no plano dos horários, da conciliação com a vida pessoal e familiar, da saúde física e psicológica, trouxe também novas situações de abuso patronal possibilitado pelas técnicas de vigilância utilizadas pelas empresas.

As mulheres que trabalham na linha da frente da COVID-19, especialmente, as enfermeiras, as trabalhadoras do sector social, do comércio, dos serviços de limpeza e de algumas indústrias, enfrentam cada vez mais abusos patronais e violação dos seus direitos individuais e coletivos.

A Convenção n.º 190 é a primeira norma internacional do trabalho a abordar a violência e o assédio no mundo do trabalho. Compromete governos e empresas também a eliminar o impacto da violência doméstica, incluindo quando o lar é o “local de trabalho”, como tem acontecido em tempos de pandemia e apela a medidas como: licença para as vítimas, regimes de trabalho flexível, proteção contra o despedimento e apoio no local de trabalho às vítimas de violência doméstica.

Aproxima-se a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, entre janeiro e junho de 2021.

É justo e oportuno reclamar que o governo português dê o exemplo e ratifique a Convenção n.º 190 e a respetiva Recomendação n.º 206; regulamente a Lei n.º 73/2017, de 16/8 (assédio no trabalho) que está há três anos para ser feita; revogue a norma da caducidade da contratação coletiva e reponha o princípio do tratamento mais favorável, no Código do Trabalho.

Mais do que constatar, é preciso agir e intervir, para que a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras sejam combatidas e eliminadas nos locais de trabalho. ●

*Tomada de posição divulgada pela Central por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro), 2020*



**Mais do que constatar, é preciso agir e intervir, para que a violência e o assédio contra as mulheres trabalhadoras sejam combatidas e eliminadas nos locais de trabalho.**







## 9ª Conferência da InterJovem

# O que os jovens querem e precisam...

A "Voz do Operário", histórica Sociedade de Instrução e Beneficência da cidade de Lisboa, acolheu no passado dia 5 de novembro a 9ª edição da conferência nacional da InterJovem, organização da juventude trabalhadora, da CGTP-IN.

"Valorizar o trabalho jovem – salários, estabilidade, direitos – sindicalizar, organizar, lutar", foi o lema que presidiu aos trabalhos da assembleia magna da InterJovem, que registou numerosas intervenções dos delegados, oriundos de diferentes setores de atividade e das diferentes regiões do país. Jovens trabalhadores, delegados, ativistas e dirigentes sindicais, chamaram a atenção para as graves situações de desemprego, exploração, instabilidade e precariedade que milhares de jovens enfrentam no seu dia-a-dia.

Os números anunciados pelo INE no Verão passado sobre o desemprego jovem são altamente preocupantes. 26% dos jovens até aos 25 anos estão desempregados, números comparáveis aos anos negros da troika.

A InterJovem alerta: "É impossível desligar estes valores da instabilidade e precariedade que caracteriza o trabalho jovem. A esmagadora maioria dos jovens trabalhadores fica presa indefinidamente à

incerteza dos contratos a prazo, dos recibos verdes, dos estágios não remunerados, das empresas de trabalho temporário e prestadoras de serviço. Foram estes vínculos precários que facilitaram o despedimento de mais de 80 mil jovens trabalhadores."

### Trabalho com direitos

Como tem alertado a CGTP-IN, "esta precariedade não é nova mas também não é normal: é a realidade com que os jovens trabalhadores lidam já muito antes da pandemia, e que a Interjovem/CGTP-IN tem vindo a denunciar e a combater e que os sucessivos governos PS e PSD/CDS não só têm falhado em dar resposta como têm aprofundado, nomeadamente com as recentes alterações ao código do trabalho."

O que os jovens querem e precisam, sublinha a InterJovem, é de trabalho estável e com direitos para poderem construir o seu futuro com segurança e não esta política de precariedade, baixos salários, horários desregulados, que tantas vezes os têm obrigado a emigrar.

A conferência definiu um conjunto de orientações gerais para a atividade sindical da Interjovem e elegeu a sua direção. Os trabalhos foram encerrados com uma intervenção da Secretária Geral da Central, Isabel Camarinha. ●

## O Laboratório

ANTÓNIO LUCAS (Presidente do SPRA)

Em 2000 o PS/Açores consegue a primeira maioria absoluta do Partido Socialista ao nível nacional, em 2005, José Sócrates consegue a primeira e única maioria absoluta do partido ao nível do continente. Sobretudo no período entre 2005 e 2009 é possível afirmar que houve uma clara sintonia entre o Governo da República e o Governo Regional sobretudo no âmbito das políticas "reformistas" que atingiram fortemente os trabalhadores da função pública.

É durante este período que começo a participar no Secretariado Nacional da FENPROF, dando nota neste órgão, do que ia acontecendo pelo arquipélago, nomeadamente, no sector da educação. As malfeitorias que iam sendo realizadas pela então ministra da Educação iam sendo replicadas nos Açores, embora, em alguns casos mais suavizadas (nunca foi feita a fratura da carreira). Por outro lado, algumas coisas realizadas nos Açores começam a interessar a Maria de Lurdes Rodrigues, que chegou, inclusivamente, a deslocar-se a escolas do arquipélago, estou a lembrar-me das reuniões com os diretores escolares ou as alterações ao regime da educação especial, ambas inspiradas nos Açores. Tal como afirmei no início do parágrafo, as notas que ia relatando no SN concorreram um pouco para a ideia que os Açores eram uma espécie de laboratório para as políticas educativas da Ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

Hoje, os Açores voltaram a ser encarados, pelos analistas políticos, como um laboratório, já não de políticas educativas ou de experiências pedagógicas, mas de experiências de exercício político. Como qualquer hipótese que desencadeia um processo científico, urge fazer a pergunta: *o que leva o Presidente do PSD/Açores a abandonar o seu plano de conquistar o poder em 2024 e assumir uma coligação pós-eleitoral com mais dois partidos e fazer um acordo parlamentar com mais dois partidos, envolvendo no processo governativo cinco partidos?* Podemos sempre apresentar a solução mais simplista como a sede de poder, mas também podemos alvitar a possibilidade de este complicado cenário de governação ter sido construído entre a rua de S. Caetano e Belém, a 1 500 km dos Açores.

Independentemente do resultado final da experiência, podemos desde já concluir que a direita se adapta, se reinventa e se reorganiza. ●

# Sindicalização, a imunidade de grupo dos docentes

FRANCISCO OLIVEIRA (membro do SN da FENPROF)

**C**omeçamos por uma adivinha sindical: a que pergunta costumamos ouvir a resposta «Porque nunca tinha precisado de nada!»?

Podemos dar algumas pistas:

- é uma resposta de colegas que, por norma, sempre sobrepuseram os seus interesses profissionais pessoais aos interesses coletivos;
- é dada num contexto de fragilidade e de necessidade de ajuda especializada;
- é a prova de que, também na

carreira docente, ninguém vence sozinho.

Se respondeu que a pergunta é «Porque não se sindicalizou, antes?», acertou. Felizmente, a regra não é esta, já que a maioria dos docentes sindicalizados é-o há muito, nalguns casos, desde que começaram a lecionar. Ainda assim, a situação descrita é familiar àqueles que fazem apoio a colegas não sindicalizados, que, confrontados com dificuldades profissionais, se veem obrigados

a recorrer a quem sabem estar sempre do seu lado e os pode ajudar: os sindicatos da FENPROF. Há quem defenda que estes colegas deveriam continuar como sempre estiveram: sozinhos, tanto mais que, ao contrário do que dizem e pensam, sempre precisaram de ajuda e sempre usufruíram do trabalho persistente dos sindicatos da FENPROF. Na verdade, como seria a sua situação profissional se não tivessem beneficiado das conquistas da nossa luta? Não é fácil sabermos com rigor, mas temos a certeza de que estaríamos bem pior e alguns, provavelmente, já teriam sido obrigados a abandonar a carreira docente.

É certo que hoje vivemos tempos muito difíceis e que o futuro próximo constituirá um teste à nossa capacidade de resiliência e de mobilização para sairmos do impasse em que nos encontramos. Porém, temos um historial que nos dá confiança para continuarmos a luta, com a certeza de que havemos de encontrar soluções para os desafios do presente.

Este poderá parecer um discurso de circunstância, mas não é, porque os professores e os educadores, com a força dos cerca de 50 000 que pertencem aos sindicatos da FENPROF, há muito alcançaram a imunidade de grupo, recorrendo a uma expressão que, no contexto atual, nos é muito familiar.

Não tenhamos dúvidas de que, por mais fortes que sejam os ataques à nossa carreira, não a destruirão, enquanto soubermos continuar a preservar a nossa capacidade de luta coletiva. É por isso fundamental sermos capazes de mostrar a todos os colegas a importância de ser sindicalizado, não apenas quando precisamos por um problema pessoal, mas continuamente. Só dessa forma, conservaremos, profissionalmente, a nossa imunidade de grupo. ●



## Porta pequena que se abre para muito poucos

JACKELINE VIEIRA (membro do SN da FENPROF)

**Q**uase dois anos após o diploma que abriu as portas da pré-reforma aos funcionários públicos e depois de várias iniciativas de luta do SPM a nível regional, foi publicada, no dia 16 de novembro, na RAM, a Resolução 910/2020, que aprovou os critérios e linhas orientadoras que devem ser seguidas pelos dirigentes máximos na análise dos requerimentos de pré-reforma.

Para ajudar a calcular o valor a atribuir, foi criado um simulador pela Direção Regional de Informática, que está disponível na página do Portal do Funcionário Público. Para a maioria,

o resultado da experiência de cálculo tem sido uma desilusão, sobretudo quando os interessados tomam consciência de que, ao valor que este simulador gera, é necessário subtrair os descontos do IRS, CGA e ADSE, por inteiro.

As simulações que temos realizado, ao longo das últimas semanas, levam-nos a concluir que os cortes efetivos se situam entre 50% a 60% do valor do salário atual, o que, certamente, obrigará muitos a adiar esse sonho, uma vez que, com o valor a receber, não conseguirão fazer face aos compromissos já assumidos. Do conjunto

das simulações já realizadas, apenas dois colegas afirmaram ter condições económicas para optarem pela pré-reforma.

Apesar desta desilusão, não podemos deixar de considerar que a pré-reforma, mesmo sendo uma porta pequena, é, ainda assim, uma porta que se abre para alguns. A todos os outros, com o apoio do SPM, não restará senão continuar a luta por uma aposentação justa e digna. ●

O simulador está acessível em <https://pfp.madeira.gov.pt/SimuladorPreReforma>.



## Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro

# Processo em marcha lenta ou...parado!

CARLOS PATO (membro do SN da FENPROF)



Quando em julho do presente ano, o Instituto Camões comunicou que iria propor uma revisão do Regime Jurídico do EPE, o SPE/FENPROF questionou quais as verdadeiras intenções de tal revisão dado que o mesmo tinha sido revisto, em final do ano de 2016!

De forma "titubeante" a informação recolhida era que seria uma forma de ouvir os professores que seriam "convidados" a pronunciar-se sobre o que queriam ver consignado no futuro instrumento legal, realçando a problemática do acesso aos concursos de vinculação em Portugal e a manifesta exigência de um tratamento igualitário e global para os professores a trabalhar no EPE, quando expostos aos procedimentos concursais. Logo aí, a FENPROF e o SPE afirmaram que tal matéria deveria ser alvo de uma profunda reflexão, pois defendiam uma visão de justiça e de princípios no tratamento deste processo e dos quais jamais poderiam abdicar.

Nesse sentido, solicitaram um período de tempo útil e necessário para a formulação de uma proposta sindical não deixando de referir que compete aos sindicatos, enquanto órgãos representativos dos professores congregarem as vontades dos seus

associados e consubstanciarem as suas reivindicações em documentos-propostas com viabilidade de execução e exequibilidade formal.

### Proposta pioneira

Após um período de interregno, motivado pelo Verão, em outubro foi o documento entregue à Secretária de Estado das Comunidades/ Instituto Camões, após ter obtido aprovação no Secretariado Nacional e Conselho Nacional da FENPROF.

É uma proposta pioneira que acautela os legítimos interesses dos docentes no EPE, na sua diversidade laboral e que procura o equilíbrio entre os interessados, a criação de mecanismos que deem garantia de estabilidade de emprego e não promovam desigualdades ou atropelos entre os docentes, quer no estrangeiro quer em Portugal continental. Aponta ainda, para um entendimento entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Educação e proporcionar também, uma política inter-comunicacional entre ministérios, no sentido de contemplar e salvaguardar os legítimos direitos de todos os professores envolvidos. Salvo melhor opinião, deverá

ser na comunicação ou falta dela, entre os ministérios que reside a demora na apresentação da versão compilada e final do documento de revisão. Não será por culpa dos sindicatos nem da FENPROF que esta demora se está a registar.

É consabida a propensão para o diálogo do ME, como tem sido fácil identificar. O que se pretende é a agilização das medidas apresentadas na proposta da FENPROF e do SPE. É difícil compreender o porquê de tanta demora. O que nós queremos é que a proposta saia para que a mesma possa ser discutida pelos interessados: os professores.

Ou será que, mais uma vez os políticos não se entendem? Os professores, esses, entendem-se e formularam vias que apontam para a solução dos problemas detetados – fim da precariedade e dar estabilidade laboral aos docentes. Será que esta proposta vai contra os desígnios políticos do Governo? O discurso político, por vezes, aponta para isso. Ou será somente um jogo de palavras? Ou será só uma "boa intenção" e nada mais?

De boas intenções está o inferno cheio. Queremos obra, mas essa tarda em aparecer! ●

## Saara Ocidental: Marrocos aposta na agressão militar

Um conjunto de organizações portuguesas, entre as quais a CGTP-IN e o Movimento Democrático de Mulheres, lançaram um documento em que manifestam o seu veemente repúdio pela agressão militar do Reino de Marrocos contra o Saara Ocidental, iniciada nas primeiras horas de 13 de novembro. Refere aquela tomada de posição, também subscrita pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) e a Associação Portuguesa de Juristas Democratas,

que "esta agressão e o acumular de forças militares junto à fronteira com a Mauritânia, na zona de Guerguerat, constituem uma flagrante violação do acordo de cessar fogo em vigor entre o Reino de Marrocos e a Frente Polisário, sob a égide da ONU, desde 1991, e um atentado ao direito internacional e aos princípios da Carta das Nações Unidas."

As organizações subscritoras apelam à solidariedade de todos tendo por base, entre outras exigências:

- o fim imediato da agressão do Reino de Marrocos e da retirada das suas forças militares da região;
- o fim da ocupação marroquina do Saara Ocidental;

- a instalação de um mecanismo permanente da ONU para o acompanhamento do respeito dos direitos humanos do povo saaraui nos territórios ocupados;

- a libertação dos presos políticos saaraus nas prisões marroquinas.

As organizações mencionadas consideram ainda que "o Governo português está obrigado a tomar uma posição clara contra a agressão do Reino de Marrocos ao povo saaraui, reconhecendo e promovendo o reconhecimento do direito à autodeterminação do povo saaraui e da República Árabe Saaraui Democrática, exigindo o cumprimento das deliberações da ONU relativas ao Saara Ocidental." ●





## Internacional da Educação Resolução sobre ataques terroristas em Moçambique

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

**M**oçambique é um dos países mais pobres do mundo e um dos países africanos mais expostos a episódios meteorológicos extremos – lembrem-nos do rasto de morte e destruição que o ciclone IDAI deixou no país em 2019.

Acresce que, nos últimos 3 anos, na província de Cabo Delgado, grupos armados ligados ao Estado islâmico têm vindo a semear o terror, havendo relatos de assassinatos, jovens mulheres raptadas ou escravizadas sexualmente, jovens homens recrutados à força para milícias e exércitos temporários..., atrocidades várias a que é urgente por cobro. Estes ataques, que provocaram já mais de 2000 mortos e centenas de milhares de deslocados, afetam também de forma dramática o funcionamento das escolas e a vida de milhares de professores e alunos.

Segundo o Sindicato Nacional dos Professores de Moçambique (ONP/SNPM), 6 professores foram recentemente assassinados, encontrando-se 74.149 estudantes e 1.486 docentes neste momento deslocados. 172 instituições de ensino foram atingidas ou forçadas a fechar, incluindo escolas primárias e secundárias, escolas de

formação de professores, escolas técnicas profissionais e institutos agrários. A ONP/SNPM tem usado os seus limitados recursos, mas não consegue responder às solicitações, apelando à solidariedade internacional para fornecer abrigo, comida e roupa aos professores deslocados.

Alarmada com a gravidade da tragédia humanitária que se vive em Moçambique, a Internacional da Educação (IE) aprovou, a 9 de dezembro, uma resolução, em que insta a comunidade internacional a tomar medidas urgentes para que seja restabelecida a segurança em Cabo Delgado; expressa solidariedade aos professores, estudantes e a todas as vítimas da violência; apela às organizações membros para que se juntem num esforço solidário para fazer chegar ao Sindicato Nacional dos Professores de Moçambique assistência material para professores deslocados e para apoio a alunos.

A FENPROF participará nesta campanha de solidariedade, certa de que outras organizações da IE, de todas as regiões do mundo, irão também responder a este apelo e mobilizar-se para fazer chegar a Moçambique a ajuda de que os nossos colegas tão desesperadamente necessitam. ●

## Solidariedade com Moçambique, os seus professores e todas as vítimas do terrorismo

Como tem sido relatado pela comunicação social em Portugal e, um pouco por todo o mundo, a região norte de Moçambique tem sido alvo de ataques terroristas, perpetrados por criminosos que assaltam, destroem, roubam, violam e assassinam.

De acordo com o relato da principal organização sindical de docentes em Moçambique (ONP - Organização Nacional dos Professores), só desde 3 de dezembro, foram desferidos ataques em nove distritos da província de Cabo Delgado. Devido a isso:

- 172 escolas foram danificadas e muitas delas forçadas a fechar;
- Mais de 74.000 alunos foram deslocados;
- 6 professores foram assassinados;
- Cerca de 1500 professores foram deslocados.

Os recursos disponíveis em Moçambique são insuficientes para apoiar os que estão a ser afetados por esta catástrofe provocada por criminosos e as organizações moçambicanas, incluindo a ONP, lançam um apelo à comunidade internacional para que se solidarize e apoie. Tudo falta neste momento: abrigo, comida, roupa e carinho. A FENPROF irá contribuir para que chegue aos professores deslocados os recursos que necessitam. Esse contributo será feito através da Internacional de Educação (IE), organização em que é filiada, integrando a sua direção mundial.

Simultaneamente, apela aos professores para que, através da HELPO ([www.helpo.pt](http://www.helpo.pt)), também contribuam solidariamente para aliviar um pouco o sofrimento daqueles que, em Moçambique, são vítimas do terrorismo. | O Secretariado Nacional da FENPROF ●







“  
É chegado o momento  
de os decisores  
políticos dizerem o  
que querem para  
Portugal, no que  
respeita à cultura  
e às manifestações  
artísticas

## Quem assume a decisão de acabar com a Cultura?

**N**um momento em que os cerca de 130.000 trabalhadores da cultura, dos espetáculos e do audiovisual vivem um momento particularmente difícil e se confrontam diariamente com situações dramáticas do ponto de vista laboral e social, o Governo de António Costa continua a adiar uma verdadeira intervenção de emergência, limitando-se a pequenas ações claramente insuficientes. O alerta chega do CENA - STE, Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos.

Entretanto, segundo a Associação de Promotores de Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE), que promoveu uma ação de protesto no passado dia 21 de novembro, no Campo Pequeno, em Lisboa, o mercado dos espetáculos no nosso país registou uma quebra de 87% face a 2019.

“Com o agravamento das medidas nas últimas semanas e a sua continuidade, ou até um eventual novo confinamento social, não será difícil que esta quebra possa atingir os 90% até ao final do ano”, destaca aquela associação. “É chegado o momento de os decisores políticos dizerem o que querem para Portugal, no que respeita à Cultura e às manifestações artísticas enquanto fatores capitais e determinantes para a vida de cada indivíduo e enquanto fatores de coesão e de progresso da sociedade e dos cidadãos. É chegado o momento de nos dizerem, a todos nós, a 130.000 trabalhadores deste país, se somos merecedores de um tratamento e de um olhar em

detalhe para o nosso sector pois acreditamos que somos um bem essencial na sociedade”, salienta a APEFE.

### Para que serve um centro cultural?

A associação avança ainda uma série de questões, que exigem respostas claras e inequívocas: “Fechamos auditórios, salas de espetáculos, teatros? Vale a pena manter as galerias e promover exposições? Para que serve afinal um centro cultural ou um teatro? E os festivais de cinema e as salas de exibição de filmes? O que dizer das livrarias? Acabamos com os festivais e com os concertos? E o que dizer de toda a cadeia de valor associada às atividades artísticas e culturais? E os cruzamentos com os outros setores da economia?”.

Reiterando que “o setor privado da cultura é responsável por mais de 80% das receitas

de bilheteira no nosso país”, a APEFE deixa um alerta: “Os promotores, as salas, as empresas de audiovisuais e equipamentos para espetáculos, os artistas, os autores, os agentes, os produtores, os técnicos, e profissionais dos espetáculos estão sem chão”.

De forma a evitar “o aumento dos desempregados”, “as falências e as insolvências das empresas”, “as mudanças de profissão com a perda de competências altamente qualificadas” e “danos irreparáveis para a saúde mental de toda a sociedade se esta atividade for interrompida”, a associação reclama um apoio a fundo perdido da “bazuca europeia” correspondente a 20% da quebra de faturação das empresas e a 40% no rendimento de artistas, técnicos e profissionais dos espetáculos, o adiamento, por mais um ano, das moratórias e dos créditos empresariais até setembro de 2022, acesso a linhas de crédito. Reclamam ainda que “não afastem o público, sabendo que todos os espetáculos ao vivo são realizados de acordo com as regras sanitárias”, acrescentando que “a recuperação de todo este sector empresarial demorará anos, todo este tecido está muito fragilizado, mas ainda o podemos salvar”. ●

## “Mais um prego no caixão”



**Rui Galveias**, dirigente do CENA-STE, em declarações à agência Lusa, considerou a limitação de circulação ao fim de semana (na altura, referia-se à situação ocorrida em novembro/dezembro) “mais um prego no caixão” do setor da Cultura, que já está “numa situação dramática”. “Olhamos para tudo isto com muita preocupação.

Entendemos a necessidade de cuidar das pessoas, entendemos que os números são dramáticos, mas não conseguimos compreender estados de emergência, quando as pessoas têm aderido às regras”, salientou. ●

## Teatro

**"Ricardo III"****Manipulação, crime e ambição no palco do Trindade**

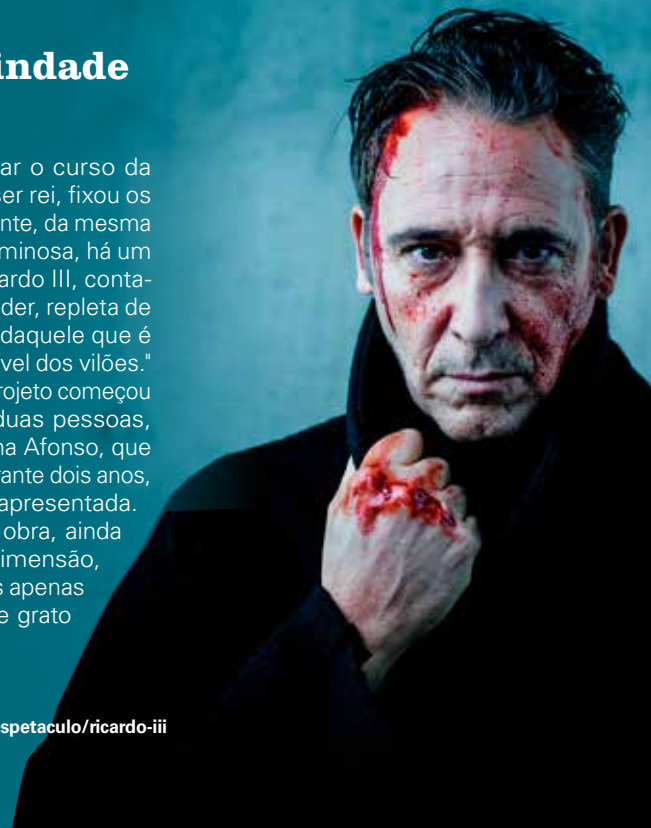
**A**O Teatro da Trindade/INATEL, em Lisboa, apresenta até **31 de janeiro** "Ricardo III", de William Shakespeare, com encenação de Marco Medeiros, tradução e dramaturgia de Maria João da Rocha Afonso, cenografia de F. Ribeiro e figurinos de Dino Alves. Em palco: Diogo Infante, Diogo Martins, Gabriela Barros, Guilherme Filipe, João Jesus, João Vicente, Romeu Vala, Sílvia Filipe, Virgílio Castelo, Brandão de Mello, Constança Carvalho Neto, Inês Loureiro e Joana Antunes.

As sessões realizam-se na sala Carmen Dolores, de quarta a sábado às 20:30 e aos domingos às 16:30 (a 23, 24, 25, 30, 31 de dezembro e a 1 de janeiro 2021 não há espetáculo). Na nota de apresentação, na página do Teatro da Trindade, pode ler-se: "Sendo uma das primeiras obras do dramaturgo quinhentista, esta «História» coloca à nossa frente um herói que desperta em nós, em simultâneo, fascínio e horror, num texto francamente atual e pleno de vitalidade sobre a ambição e os

jogos de poder. Ricardo vai mudar o curso da História. Ele, que não nasceu para ser rei, fixou os olhos na coroa e deseja-a ardentemente, da mesma forma que por trás da sua mente criminoso, há um perverso desejo de ser amado. Ricardo III, conta-nos a maquiavélica ascensão ao poder, repleta de mentiras, manipulação e violência, daquele que é considerado o mais sangrento e terrível dos vilões."

E escreve João Medeiros: "Este projeto começou em 2018, com o entusiasmo de duas pessoas, Diogo Infante e Maria João da Rocha Afonso, que me contaminaram e dessa forma, durante dois anos, construímos a versão que hoje é apresentada. Fomos sempre três a olhar para a obra, ainda prematura. Ela cresceu, ganhou dimensão, maturidade. Identidade. Hoje somos apenas dois a celebrar o feito. Eternamente grato Maria João da Rocha Afonso".

+ INFO <https://teatrotrindade.inatel.pt/espetaculo/ricardo-iii>

**Exposição****"O PALÁCIO"****15 Anos de Arte****Contemporânea (2006/2020)**

Até **6 de março** pode ser visitada no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, a exposição "O Palácio: 15 anos de arte contemporânea (2006/2020)". "O Palácio", enquanto momento expositivo, celebra, revive e expande aquilo que foi a matéria vital deste lugar de apresentação nos últimos 15 anos. Ao reunir de forma plural obras de todos os que por este lugar deram a ver, esta coletiva torna-se numa oportunidade rara de percebermos transversalmente aquilo que foi a dinâmica e singularidade programática do Palácio Vila Flor no contexto das artes plásticas e visuais.

+ INFO [www.ccvf.pt](http://www.ccvf.pt)

**Teatro****"Gulliver" em Almada**

Com encenação de Teresa Gafeira, a Companhia de Teatro de Almada (CTA), sediada no Teatro Municipal Joaquim Benite, apresenta na sala de ensaios, até **20 de dezembro**, Gulliver baseado no texto "As Viagens de Gulliver", de 1726), do irlandês Jonathan Swift (1667-1745). A CTA possibilita sessões especiais para escolas. A peça tem 50 minutos (espetáculos para maiores de 6 anos). Artistas em palco: Anabela Ribeiro, Carolina Dominguez, João Maionde e Marco Trindade.

+ INFO <https://ctalmada.pt/gulliver>

**Fotografia****"Olhares de Ontem e de Hoje" em Alpiarça**

A galeria de exposições da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça apresenta até **31 de janeiro** próximo uma exposição de fotografia ("Olhares de ontem e de hoje") com trabalhos de Ana Filipa Scarpa. Vencedora de vários prémios a nível nacional e internacional, a fotógrafa participou em mais de 150 exposições, individuais ou coletivas. Trabalha na área da fotografia de decoração de interiores, institucionais e em estúdio, colaborou com na Galeria 111 e cursou pintura em azulejo do século XVII. A exposição na galeria dos Patudos pode ser visitada de terça-feira a domingo, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

+ INFO [www.cm-alpiarca.pt](http://www.cm-alpiarca.pt)





PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE USO DOMÉSTICO PARA PODER SUBSTITUIR O PAC VERIFICAÇÃO POSTAL

# CICLO DE DEBATES 2021

em VIDEOCONFERÊNCIA



Curso de Formação Certificado pelo CCFCP  
(ver notas)

A abertura e o encerramento do ciclo de debates contará com a participação do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira

**NOTA1:**

A presença e participação em todos os debates permitirá o acesso à certificação do ciclo de debates como curso de formação acreditado pelo CCFCP.

**NOTA2:**

Cada debate terá a certificação como Ação de Curta Duração.

## 27 de janeiro

17:00 horas – 20:00 horas

*Após 12 anos do DL 75/2008, o que mudar na direção e gestão das escolas?*

**Oradores:** Licínio Lima, representantes do BE, PCP e PAN  
Manuela Mendonça (Presidente do Conselho Nacional da FENPROF e membro do SN da FENPROF)

## 10 de fevereiro

17:00 horas – 20:00 horas

*Municipalização não é solução! - Quatro olhares sobre a transferência de competências para os municípios*

**Oradores:** Bárto Paiva Campos, Carlos Pinto Sá, Heleno Araújo Filho, Manuel Pereira  
Francisco Almeida (SN da FENPROF)

## 24 de fevereiro

17:00 horas – 20:00 horas

*O acesso ao Ensino Superior*

**Oradores:** Ana Carita, Manuela Esteves, Cristina Roldão, Susana Cruz Martins  
André Carmo (CN da FENPROF)

## 10 de março

17:00 horas – 20:00 horas

*Rejuvenescer a profissão dignificando a aposentação*

**Oradores:** Eugénio Rosa, Júlio Machado Vaz, Carlos Silva Santos  
Manuel Nobre (SN da FENPROF)

## 24 de março

17:00 horas – 20:00 horas

*Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania*

**Oradores:** Joaquim Colôa, Laborinho Lúcio, Sampaio da Nóvoa (a confirmar)  
Ana Simões (SN da FENPROF)

## 7 de abril

17:00 horas – 20:00 horas

*Novas experiências pedagógicas para o aluno do século XXI*

**Orador:** Francisco Simões  
Luísa Paixão (CN da FENPROF)

## 21 de abril

17:00 horas – 20:00 horas

*Bullying: Ameaça, poder e violência entre pares*

**Oradores:** Piedade Lalanda, César Soares  
António Lucas (SN da FENPROF)

## 5 de maio

17:00 horas – 20:00 horas

*Política de divulgação da Língua Portuguesa/Português, Língua de herança/estrangeira ou Língua Portuguesa não materna*

**Oradores:** Maria José Grosso, José Pascoal  
Joana Marmelo (Direção do SPE)

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA

Só para sócios dos Sindicatos da FENPROF

